

# Diretor de escola encena prisão e até pede algema

O diretor do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, que responde inquérito na Polícia Federal por desrespeito à liminar que acaba com o sistema de liberdade vigiada nas mensalidades escolares, prestou ontem novo depoimento na Superintendência do órgão em Brasília para explicar denúncias de que ele continuava cobrando acima da tabela. Por sua própria solicitação, José Pio foi levado algemado para prestar esclarecimentos quando um agente federal tentava flagrar uma cobrança irregular.

“Só vou se for algemado”, disse José Pio ao agente, pedindo para que um funcionário corresse até o carro do **CORREIO BRAZILIENSE**, a quem tinha acabado de conceder uma entrevista, para que sua “prisão” fosse registrada. “Estou sendo preso”, afirmava, posando pateticamente com as algemas para a fotografia. “E só cobreí dentro da lei”, repetia, levantando teatralmente os braços algemados em frente a sua escola.

Na Polícia Federal, José Pio admitiu à imprensa que o agente insistira para não utilizar algemas. “Ele disse que eu não era de periculosidade, mas mesmo assim falei que só sairia dali algemado. Não me entendo como bandido, mas estava sendo preso

como bandido e por isso queria ser algemado”. Para a polícia, a estratégia do diretor do Minas Gerais era “chamar a atenção para o caso e reforçar o movimento das escolas particulares”, conforme afirmou a assessoria de imprensa.

Na verdade, houve uma mal sucedida tentativa de prender novamente em flagrante o diretor José Pio, embasada em denúncias de pais de alunos do Colégio Minas Gerais de que ele continuaria cobrando acima do permitido. Como da primeira vez em que José Pio foi preso, no início do mês, um agente se posicionou ao lado da tesouraria da escola para observar o pagamento efetuado pelos pais.

O pai escolhido foi Júlio Neves, que estava pagando as mensalidades do jardim e maternal de seus dois filhos. Ocorre que no carnê de pagamento estava impresso o valor de NCz\$ 280,97 (correspondente ao reajuste pelo sistema de liberdade vigiada), mas havia um desconto que transformava o preço final em NCz\$ 232,28, que está de acordo com o estabelecido pelo Conselho de Educação do DF.

José Pio alegou para a delgada Maria de Fátima que estava apenas “aproveitando” os carnês de pagamento que tinham sido

emitidos antes da liminar do juiz Fagundes de Deus, da 3ª Vara Federal, que instituiu uma nova sistemática para reajuste de mensalidades. Disse que a planilha de custos operacionais de seu estabelecimento está sendo analisada pelo Conselho de Educação para que haja uma compatibilização das despesas com as mensalidades, conforme prevê a liminar. “Se o conselho decidir que eu posso cobrar mais do que está permitido, haverá compensação nas parcelas futuras”.

Não há, entretanto, qualquer pedido no Conselho de Educação para cobrança extra de mensalidades com base na compatibilização de custos, apesar de José Pio garantir que enviou uma solicitação no dia 5 de outubro e após sua prisão.

Antes de ser levado para a polícia, o diretor do Colégio Minas Gerais disse que “todas as escolas estão cobrando da mesma forma”, não entendendo em detalhes sobre a sistemática de reajuste. Garantiu que cobra “dentro da lei”, admitindo estar ocorrendo uma divergência de opiniões sobre o que significa estar “dentro da lei”. E concluiu, já na Polícia Federal, que “estão fazendo uma campanha de desmoralização das escolas particulares”. Após prestar depoimento, José Pio foi liberado.